[Recensão a] Denis Richet — La France Moderne: l'esprit des institutions

Autor(es): Neto, Vítor Parreira

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/43951>

DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/2183-8925_3_27

Accessed : 26-Apr-2023 16:16:31

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS

Volume III

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS
COIMBRA 1981

ideológica de Blanqui ressent-se da sua passagem pelas «lojas» carbonárias, nos anos da sua juventude; assimila a importância de que as elites se viram investidas nas revoluções de 1830 e 1848; denota a preferência do revolucionário romântico pela acção de rua e pela barricada; reflecte, finalmente, um isolamento presidiário de mais de três décadas, em momento vital da formação e primeiro desenvolvimento do grande capitalismo francês, o que impossibilitou a Blanqui uma percepção correcta do conjunto das múltiplas consequências sociais do fenómeno da concentração industrial. Também aqui — e como sempre — a condicionante histórica imediata e o imperativo da experiência vital sobredeterminam a conceptualização.

AMADEU CARVALHO HOMEM

DENIS RICHET — *La France Moderne: l'esprit des institutions*, Science-Flammarion, Paris, 1973.

Denis Richet, ao articular o político com o social e o cultural, supera as perspectivas tradicionais do conhecimento das instituições enquanto estruturas componentes da História, entendida como globalidade.

É assim que pensamos, com o autor de *La France Moderne: L'Esprit des Institutions*, que o estudo da realidade institucional exige um alargamento da sua focalização, para que o historiador possa ultrapassar o tradicionalismo das leituras jurisdicistas, não se deixando cair na armadilha do documento oficial — que tem como efeito fechar o acesso ao estudo da aplicação das ordens emanadas do poder régio —, nem se ficando pela mera «leitura» anatómica-atômica dos órgãos do poder, que omite, ou não tem em conta, a sua natureza social.

Se também nós partilharmos a crença acerca das possibilidades de se conhecer a História na sua totalidade, entendemos, todavia, ser possível uma pluralidade de perspectivas em relação ao objecto real, ainda que, neste sentido, reconheçamos os limites gnoseológicos resultantes de uma necessária abstracção das restantes regiões da realidade, interligadas dialecticamente e em devir.

O uso de uma conceptualização própria para a análise da «História Moderna» não é contraditório com a pressuposição de uma teoria geral da história, tanto mais que o ângulo em que se coloca o historiador, e por consequência, a realidade que ele manipula, é também específico. Daí que, expressões como «Antigo Regime», «Estado Moderno», «Estado Absoluto-Feudal», «Período de Transição do Feudalismo para o Capitalismo» e outras, se, por um lado, se têm revelado úteis, enquanto instrumentos operativos para o conhecer historiográfico deste período, não deixam, todavia, de ser limitadoras e de exigir uma utilização crítica.

Parece-nos, no entanto, ser mais significativo — isso sim — que os historiadores saibam em que sentido são utilizadas as referidas expressões com vista a substituir a discussão dos conceitos pela análise das realidades concretas.

Todavia, afastamo-nos da metodologia de Richet que constrói um modelo sistémico para captar as grandes linhas de *funcionamento* e de evolução da sociedade francesa moderna, o qual assenta na crença acerca da possibilidade do conhecimento do real-social através de uma perspectiva bipartida, pois o autor reduz a essência da sociedade, por um lado, às «élites» detentoras das estruturas de dominação (o Estado e a Igreja) e, por outro lado, às massas inorgânicas e tradicionais, em equilíbrio ancestral.

A assumpção de tal modelo sociológico tem como objectivo a contestação das leituras tripartidas da sociedade moderna (ordens) — como o faz R. Mousnier — e, afasta-se igualmente da teorização sociológica marxista, a qual vê as sociedades à luz de critérios classistas.

Nós entendemos que R. Mousnier não conseguiu articular as influências da teorização sociológica funcionalista e consensualista de raiz weberiana com a imagem que as sociedades de «Antigo Regime» tinham de si próprias. Parece-nos que o historiador de hoje não pode conhecer a história desse período, tal como ele se representava aos seus actores, como Charles Loyseau a entendia no seu *Livre des Seigneuries et de celui des Ordres* (1610).

Denis Richet, ao fazer sua uma teorização sociológica baseada na «pluralidade das elites», não deixa de ver o real-social numa perspectiva de dominação das massas pelas «élites», do campo pela cidade, que se fundava na renda fundiária. Este modelo sociológico coisificado define-se não pelo seu carácter consensualizador, ou integrador, mas antes pela «exclusão» das largas massas, como se houvesse duas civilizações opostas, cuja fronteira passasse pela «ordem negativa»: o Terceiro Estado. Desta visão da realidade resultava o realce da contradição do fenómeno da aculturação-desculturação gerador de conflitos, na medida em que, se as «élites» representavam potencialmente a necessidade do movimento histórico, as massas, tendencialmente imobilistas, significavam o bloqueamento dessa dinâmica. Tal tese pressupõe a concepção de que o *sistema* encerra dentro de si um *anti-sistema*, o qual ao evoluir dialecticamente provocaria fases de violência, isto é, «momentos de descarga», de «inversão temporária dos valores fundamentais da sociedade». (ex.: a Liga, a Fronda, a Revolução). Mas tal visão dialéctica, ao deslocar a contradição principal da relação camponato-nobreza para uma atomização de conflitos a nível das «élites», acaba por sugerir que é aí o lugar exclusivo de decisão do movimento da História, tese que nós contestamos.

Como Richet, entendemos que a sociedade moderna francesa tem de ser explicada em termos de dominação. Mas isso não será alcançável através de um simples descritivismo da relação elites-massa, mas antes mediante uma leitura classista da sociedade, a explicar, em última instância, pela relação social (e técnica) em face dos meios de produção e pelos mecanismos de reprodução (política e ideológica) de uma sociedade assente no privilégio.

Não obstante a construção do seu modelo, não acabará Richet por reproduzir a visão que a sociedade tinha de si própria: ex.: por um lado os notáveis e, por outro, os excluídos? Pensamos que a «leitura» da sociedade que temos referido, à luz da perspetivação «élites-massa», se fica pelo descritivismo, tanto mais que, tais conceitos revelam uma ineficácia analítica que impossibilita penetrar na análise da estruturação social. A explicação científica de tal período, quanto a nós, deverá situar-se para além da visão da sociedade em termos de integração-desintegração, na relevação do

estudo analítico das classes sociais e do seu mecanismo de dominação: o Estado Absolutista. É verdade que aceitamos a existência de uma autonomia relativa da burocracia do aparelho de Estado em relação às classes sociais dominantes, e sabemos também que um «Feudalismo Periférico» se manteve representado por uma nobreza fundiária e nostálgica e, como Richet, concordamos com a existência de contradições entre as diversas fracções da nobreza ou entre a burguesia enobrecida dos ofícios. Todavia, tal não invalida que a principal contradição da sociedade radique na relação camponato-nobreza, e burguesia enobrecida que, como se sabe, até ao século XVIII, não era burguesa.

O modelo funcional-sistémico que o historiador D. Richet acciona parece-nos hipostasiar a apropriação cognitiva da realidade, levando a desvalorizar o significado histórico *da* (e não *das*) Revolução Francesa. Esta, pelo carácter socialmente alargado que assumiu e pelas consequências de transformação qualitativa que dela resultaram — a edificação de um Estado burguês-liberal, que encontrava a sua legitimação ideológica, na filosofia política jusnaturalista e as próprias alterações da realidade económica e cultural —, não se pode reduzir a um processo epifenoménico de base meramente cultural (Revolução das Luzes). Concluimos, assim, que a sua metodologia, que sacrifica a realidade ao imperativo do modelo é inconsequente, já que, como bem lembra uma teoria dialéctica da História, se esta pressupõe um campo de problematização, no entanto, a realidade é sempre mais rica e complexa do que a construção de modelos teóricos que tenham em vista circunscrevê-la.

VÍTOR PARREIRA NETO

JEAN-MARC PELORSON — **Les «Letrados» juristes castillans sous Philippe III. Recherches sur leur place dans la société, la culture et l'État.**
Ouvrage publié avec le concours de l'Université de Poitiers, 1980.

O que foi a sociedade política do século XVII? Tema aliciante, que tem sido largamente debatido e tem sido objecto de muitos estudos sectoriais e de conjunto. Século de transformações e de tensões sociais, constitui, por assim dizer, um momento de passagem entre a sociedade de ordens e a sociedade de classes, entre a estrutura política senhorial tardia e a estrutura política burguesa. Ora, os «letrados» constituem um sector social muito importante neste processo transformativo. Representam não propriamente o espírito burguês, mas sim uma nova concepção aristocrática, em que estão empenhados o Estado e a burguesia em ascensão. Sector social híbrido e dinâmico, são bem o símbolo da sociedade seiscentista.

O estudo dos «letrados» é, portanto, fundamental para um conhecimento profundo da sociedade do século XVII. E a sua análise no caso espanhol reveste-se